BRAZILIAN YOUTH BETWEEN LIVES AND DEATHS

A JUVENTUDE BRASILEIRA ENTRE VIDAS E MORTES

Daniel Péricles Arruda¹

1. Professor substituto do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), *campus* Baixada Santista, e professor do curso de graduação em Serviço Social e da Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Projetos Sociais do Centro Universitário Assunção (Unifai). Pós-doutorando em Psicologia Social e Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

*Trata-se de artigo reflexivo sobre o perfil da juventude vítima de homicídios por arma de fogo e os processos de criminalização e invisibilização da juventude no Brasil. Este trabalho foi desenvolvido durante o período de pós-doutoramento que realizo no Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a partir das discussões realizadas no Núcleo de Lógicas Institucionais e Coletivas (Nuplic), também pertencente ao Programa.

Como citar:

ARRUDA, Daniel Péricles. Brazilian youth between lifes and deaths. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ADOLESCENCE(S) & FÓRUM (RE)PENSANDO A EDUCAÇÃO, 3, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Unifesp, 2017. p. 195-206.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22388/2525-5894.2017.15>

Resumo: O objetivo deste artigo é oferecer subsídios para o debate sobre a questão da juventude no Brasil, considerando sua diversidade, em seus vários aspectos. Assim, para realizar uma reflexão sobre juventude vítima de homicídios, criminalização e invisibilidade, na atualidade, toma como referência dados estatísticos e alguns acontecimentos abordados pela mídia. Considera as condições concretas e subjetivas que envolvem o modo de vida do jovem no Brasil. Analisa os processos constitutivos da criminalização e invisibilidade relacionados à juventude. Finaliza com reflexões voltadas para a importância do olhar crítico, da arte como mediação para o enfrentamento político e das ações intersetoriais, com base nos direitos humanos.

Palavras-chave: Juventude. Criminalização. Invisibilidade.

Abstract: The purpose of this article is to provide support for the debate on the issue of youth in Brazil, considering their diversity, their values. To reflect over the youth, criminalization and invisibility today, this article takes as reference statistical data and some events covered by the media. Considers the concrete and subjective conditions that involve the young man's way of life in Brazil. Analyzes the constituent processes of criminalization and invisibility related youth. Ends with reflections focused on the importance of critical eye, art as mediation for political confrontation and intersectoral actions, based on human rights.

Keywords: Youth. Criminalization. Invisibility.

1. O JOVEM NO “MUNDO” E O JOVEM NO SEU “MUNDO PRÓPRIO”

É relevante considerar que a juventude brasileira, na atualidade, tem se manifestado no “mundo”, na vida cotidiana, de modo diverso, criativo, intenso e contraditório.

Essa juventude cria e recria o seu próprio modo de vida. Mostra que a sua constituição não se faz sem singularidade e que a sua formação é repleta de pluralidades. Isto é:

O homem – por mais que seja, por isso, um indivíduo *particular*, e precisamente sua particularidade faz dele um indivíduo e uma coletividade efetivo-individual (*wirkliches individuelles Gemeinwesen*) – é, do mesmo modo, tanto a *totalidade*, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, assim como ele também é na afetividade, tanto como intuição e fruição efetiva da existência social, quanto como uma totalidade de externalização humana de vida (MARX, 2004, p. 108).

Nessa totalidade formada por diversas totalidades, o jovem precisa “anti-padronizar-se” para ser diferente. Ao mesmo tempo, precisa “assemelhar-se” para ser aceito, ser reconhecido. O jovem chega em um “mundo” que já está pronto e profuso de adultos que pensam saber de tudo e, por isso, colocam-se no direito de dizer a esse jovem o que é correto e como ele deve viver. O jovem tem necessidades que são comuns a todos os outros sujeitos, e outras que são singulares.

O homem não pode viver estaticamente porque suas contradições íntimas levam-no a buscar o equilíbrio, uma nova harmonia, em vez da perda da harmonia com a Natureza. Após satisfazer às suas necessidades animais, ele é dirigido por suas necessidades humanas. Enquanto o seu corpo lhe diz o que deve comer e o que deve rejeitar, a sua consciência deve dizer-lhe quais necessidades deve cultivar e satisfazer, e quais deixar minguar e desaparecer pelo não-atendimento. Mas a fome e o apetite são funções do corpo, com o qual o homem nasce, e a consciência, conquanto potencialmente presente, precisa da direção humana e dos princípios que só se desenvolvem durante o crescimento da cultura (FROMM, 1967, p. 41).

Entretanto, o adulto se esquece, ou não considera, que, assim como os valores culturais, esse jovem tem o seu “mundo próprio”, onde constam os seus desejos, pensamentos, medos e suas angústias. E, comumente, essas são as condições em que esses “mundos” se encontram e se formam. Trata-se, então, de uma relação na qual a sua identidade se constrói. “Por isso, construir uma identidade é necessariamente um processo social, interativo, de que participa uma coletividade e que se dá no âmbito de uma cultura e no contexto de um determinado momento histórico” (SOARES, 2005, p. 206).

Quando se fala em juventude, no Brasil, numa perspectiva universal, trata-se de uma totalidade constituída por especificidades com base na cultura e, também, na educação, família, relação de gênero e no território em que esse jovem está inserido. Por mais que

existam legislações específicas, por exemplo, o Estatuto da Juventude¹, a produção e a reprodução da juventude brasileira demanda atenção para ouvi-la e para entendê-la a partir de seus valores e da sua realidade.

No caso brasileiro, a desigualdade social entre as pessoas, em especial do jovem, é imensa. Numa sociedade que está sob a égide do modo de produção capitalista, sabe-se perfeitamente o tipo médio de jovem que, geralmente, tem mais dificuldade para acessar os direitos sociais, como cidadão de fato, e os que fazem parte de relações permeadas pela violência: o jovem que é negro, pobre e periférico.

Mas o que há por trás dessa tríade que, muitas vezes, camufla a condição do sujeito? Sabemos que a taxa de homicídios que envolvem jovens com esse perfil é elevada. Mas o que não sabemos ainda para que possamos superar essa questão? Ou o que sabemos e não está efetivamente funcionando para resolver o problema?

O Mapa da Violência de 2014 (Os Jovens do Brasil) revela que:

[...] os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do SIM/Datasus do Ministério da Saúde mostram que mais da metade dos 56.337 mortos por homicídios, em 2012, no Brasil, eram jovens (30.072, equivalente a 53,37%), dos quais 77,0% negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino (WASELFISZ, 2014, p. 10).

No Mapa da Violência de 2015 (Mortes Matadas por Armas de Fogo), identificamos dados alarmantes. De 1980 a 2012, morreram no País 880.386 pessoas vítimas de disparo de arma de fogo. Desse total, 497.570 (56,5%) eram jovens com idades entre 15 e 29 anos.

Nesse mapa, a taxa de óbitos no Brasil (em 100 mil habitantes) por arma de fogo, da população jovem, é de 47,6. Entre as Unidades Federadas, Roraima (12,2), Santa Catarina (17,8) e São Paulo (19,3) têm as menores taxas. E Ceará (82,9), Espírito Santo (91,8) e Alagoas (123,6), as maiores.

Em 2012, foram vítimas de arma de fogo, no Brasil, 42.416 pessoas, o que representa 116 óbitos por dia. Esses dados chegam a ser superiores a outros países que convivem em estado de guerra declarada. Desse modo, o caso brasileiro exige que os dados sejam analisados com base na diversidade étnico-racial, nos aspectos sócio-históricos, nas especificidades territoriais e culturais de cada região, nos atos infracionais e/ou crimes

¹ Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013, que considera, em seu artigo 1º, § 1º, que: “Para os efeitos desta Lei são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos”. E no § 2º (do mesmo artigo) traz: “Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente”.

cometidos pelos jovens e nas ações desumanas do Estado. Outra questão a ser considerada é o fácil acesso às armas de fogo e às munições, que se têm no País, e à sua entrada no território nacional, mesmo com o Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/2003).

A taxa de óbitos por arma de fogo (em 100 mil habitantes – população total) no País é de 21,9². Em razão disso, o Brasil ocupa o 11º lugar entre 90 países pesquisados sobre homicídios ocorridos por esse meio (o Brasil está atrás de Venezuela, Ilhas Virgens (EUA), El Salvador, Trinidad e Tobago, Guatemala, Colômbia, Iraque, Bahamas, Belize e Puerto Rico). Nas Unidades Federadas, as taxas de óbito por arma de fogo são as seguintes: nas primeiras posições, estão: Roraima, com 7,5; Santa Catarina, com 8,6; e São Paulo, com 10,1. E nas três últimas posições, estão: Ceará, com 36,7; Espírito Santo, com 38,3; e Alagoas, com 55,0. Das 27 Unidades Federadas, apenas 11 apresentam taxas inferiores à do País.

O Mapa da Violência de 2015 também confirma que as armas de fogo são as principais causas da mortalidade da juventude no Brasil. E que as taxas são elevadas e vêm aumentando entre os jovens negros. A Tabela 1 apresenta a estrutura da mortalidade por arma de fogo relacionada à raça/cor e suas causas, no Brasil, em 2012.

Tabela 1: Estrutura da mortalidade por arma de fogo relacionada à raça/cor e suas causas, no Brasil, em 2012.

Raça/Cor	Óbitos					%				
	Acidente	Homicídio	Suicídio	Indeterm.	Total	Acidente	Homicídio	Suicídio	Indeterm.	Total
População Total										
Branca	97	9.667	597	271	10.632	0,9	90,9	5,6	2,5	100,0
Negra	179	27.683	365	719	28.946	0,6	95,6	1,3	2,5	100,0
Indígena	0	52	4	5	61	0,0	85,2	6,6	8,2	100,0
Amarela	0	42	2	3	47	0,0	89,4	4,3	6,4	100,0
Total	276	37.444	968	998	39.686	0,7	94,4	2,4	2,5	100,0
População Jovem										
Branca	29	5.068	125	128	5.350	0,5	94,7	2,3	2,4	100,0
Negra	85	17.120	149	446	17.800	0,5	96,2	0,8	2,5	100,0
Indígena	0	25	4	2	31	0,0	80,6	12,9	6,5	100,0
Amarela	0	17	0	1	18	0,0	94,4	0,0	5,6	100,0
Total	114	22.230	278	577	23.199	0,5	95,8	1,2	2,5	100,0

Fonte: Mapa da Violência de 2015/SIM/SVS/MS.

Já o Mapa da Violência de 2016 (homicídios por armas de fogo no Brasil)³, aponta que, entre 1980 e 2014, morreram no País, vítimas de disparo de arma de fogo, 967.851 pessoas. “Nesse período, as vítimas passam de 8.710, no ano de 1980, para 44.861, em 2014, o que representa um crescimento de 415,1%” (WAISELFISZ, 2016, p. 15).

² Analisando apenas os homicídios, em 2012, a taxa é de 20,7 por 100 mil habitantes – população total.

³ Waiselfisz (2016) mostra que os dados de 2014 são preliminares.

De 1980 a 2003, o aumento dos homicídios por arma de fogo foi constante e sistemático, com índices em crescimento de 8,1% ao ano. A partir de 2003, observa-se a queda anual para 2,2%, considerando as oscilações. Um dos motivos dessa queda se deve ao Estatuto e à Campanha do Desarmamento.

Nas Unidades Federadas, as taxas de homicídios por arma de fogo (em 100 mil habitantes – população total) são as seguintes: nas primeiras posições, estão: Santa Catarina, com 7,5; São Paulo, com 8,2; e, Roraima, com 9,5. E nas três últimas posições, estão: Sergipe, com 41,2; Ceará, com 42,9; e, Alagoas, com 56,1. Das 27 Unidades Federadas, apenas 12 estão com taxas inferiores à do País (21,2).

Predominam as vítimas masculinas de arma de fogo, com 94,4% de média nacional. Há significativa homogeneidade desse aspecto, no que se refere aos estados e às regiões do País. Isto é, a variação é de 91% a 96% de vítimas do sexo masculino.

Em relação à idade das vítimas, a juventude, entre 15 e 29 anos, tem sobressaído. Em 1980, foram 6.104 vítimas no total, dessas, 3.159 (51,8%) eram jovens. Em 2014, das 42.291 vítimas no total, 25.255 (59,7%) eram jovens.

A partir dos 12/13 anos de idade é que se evidencia a escalada acentuada dos homicídios por arma de fogo, com maior concentração de mortalidades na idade de 20 anos, momento em que os homicídios por arma de fogo alcançam a taxa de 67,4 mortes por 100 mil jovens.

Com foco na população com idades entre 15 e 29 anos, o Mapa da Violência – 2016 afirma que a média do País, em relação à taxa de homicídios por arma de fogo (por 100 mil), é de 51,6. Entre as Unidades Federadas, Roraima (15,5), Santa Catarina (16,6) e São Paulo (18,1) têm as menores taxas. E Sergipe (95,8), Ceará (108,1) e Alagoas (124,0), as maiores.

Em relação à cor das vítimas, três estados brasileiros matam mais brancos que negros: Tocantins, Acre e Paraná. Entretanto, em Alagoas, em 2014, foram registrados 1.702 assassinatos de pessoas negras e 60 de brancas.

O Brasil, com a taxa de 20,7⁴ de homicídios por arma de fogo (por 100 mil habitantes), está na 10ª posição, entre 100 países pesquisados. O País está atrás de Honduras, El Salvador, Ilhas Virgens (EUA), Venezuela, Colômbia, Bahamas, Belize, Porto Rico e Guatemala. As taxas do Brasil chegam a ser 207 vezes mais do que a Dinamarca, Espanha, Alemanha, Polônia e Áustria, dentre outros países que registram a taxa de 0,1 homicídios com arma de fogo por 100 mil habitantes. A taxa do Brasil chega a ser maior (103 vezes) do que a Suécia, França, o Egito e Cuba, dentre vários outros, com taxa por volta de 0,2 homicídios por arma de fogo por 100 mil habitantes.

⁴ O levantamento considerou a taxa de 2012.

Documento que requer atenção, o Atlas da Violência de 2017 aponta que, em 2015, houve 59.080 homicídios no Brasil. O que corresponde à taxa de 28,9 por 100 mil habitantes. Dessas mortes, 31.264 foram de jovens com idades entre 15 e 29 anos.

De modo geral, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. O estudo aponta – na mesma abordagem dos Mapas da Violência –, que o perfil típico das vítimas fatais continua o mesmo: jovens, do sexo masculino, negros, com baixa escolaridade. Questão considerada pelos estudos é que o crescimento contra esses jovens vem aumentando cada vez mais.

Do total de homicídios que aconteceram em 2015 (59.080), 47,8%, correspondem à juventude masculina, com idades entre 15 a 29 anos. Se considerados apenas os jovens do sexo masculino, com idades entre 15 e 19 anos, essa taxa atinge a marca de 53,8%.

Ao analisar as legislações, os dados estatísticos e a realidade social, identificamos um contexto permeado pela “banalidade do mal” (ARENDT, 1999). Esse contexto, por ser contraditório, apresenta várias visões e divisões ideológicas, inclusive por considerarmos que a morte de jovens expressa uma determinada condição humana. Para Batista (2012, p.3/4) “O Estado agencia o extermínio cotidiano e a *intelligentzia* trata de mascará-lo. As operações letais de alta intensidade (...) não precisam mais ter sentido técnico, de resultados: o sucesso é o enfretamento em si”.

A morte de jovens negros, pobres e periféricos não sensibiliza significativa parte da sociedade. É como se a morte desses jovens – seja concreta ou simbólica – resolvesse o problema da criminalidade. Ademais, essa realidade requer um *zoom* para desvelar o que há por trás desse jovem que mata ou que morre. Nessa relação, é necessário aprofundar o debate sobre o “extermínio”⁵ dessa juventude que, ora acontece por meio dos homicídios, ora por meio da morte psicossocial, visto que, mesmo em vida, os jovens têm seus desejos não reconhecidos e/ou desrespeitados e seus direitos sociais negados e/ou violados. Isto é, há várias formas de “extermínio”. Devemos, também, partir do princípio do humano genérico e reconhecer, verdadeiramente, a sua dinâmica.

Por isso, refletir sobre a questão do negro não é algo particular que só deve interessar às pessoas que pertencem a esse grupo étnico-racial ou aos militantes do Movimento Negro. É uma questão da sociedade brasileira e também da humanidade (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 178).

Quando se responsabiliza unicamente a desigualdade social pela criminalidade no País, cria-se a ideia de que pobreza e violência são palavras sinônimas, e isso não é verídico.

⁵ Vide Batista (2012), Nascimento (2017) e Kon (2017).

Em outras palavras, pobreza e desigualdade são e não são condicionantes da criminalidade, dependendo do tipo de crime, do contexto intersubjetivo e do horizonte cultural a que nos referirmos. Esse quadro complexo exige políticas sensíveis às várias dimensões que o compõem. É tempo de aposentar as visões unilaterais e o voluntarismo (SOARES, 2002, p. 2).

Trata-se de um tema complexo, porém, nos permite refletir e apreender questões transversais e tangenciais que o envolve, como é o caso do preconceito e da ultrageneralização (HELLER, 1972). Percebemos que as mídias *on-line*, impressa e televisiva contribuem para isso. Conseguem colocar a culpa de todos os problemas da violência e da criminalidade de um país inteiro em um único segmento: o do jovem, principalmente quando há intensa comoção social, como ocorreu nos casos relatados a seguir:

Sandro Barbosa do Nascimento, o Mancha, um dos sobreviventes do massacre da Candelária, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1993. Na época, estava com 15 anos de idade e em 12 de junho de 2000, já com 21 anos de idade, Sandro entrou armado em um ônibus, no Jardim Botânico, zona sul do Rio de Janeiro, e por circunstâncias adversas manteve alguns passageiros como reféns. O caso culminou com a morte da jovem Geísa. Sandro foi apreendido e morto asfixiado, dentro de uma viatura, pela polícia. Os policiais envolvidos no caso foram absolvidos.

O segundo caso é da Suzane von Richthofen, uma jovem de classe média alta, de 18 anos de idade, na época, que ajudou a planejar o assassinato dos pais, no ano de 2002, em São Paulo, com seu namorado e o irmão dele. O ocorrido mostrou que a questão da violência está em todas as camadas e classes sociais, que a questão da pobreza é relacional, e que há outros aspectos envolvidos nas relações de conflito e violência. O caso de Suzane ecoa até os dias atuais, em razão de ter ferido uma ordem moral e simbólica de imenso valor para a sociedade. Também sempre são recordados os casos de Sandro e, com mais frequência, o de Roberto, por ser considerado o ícone-chave para que seja reduzida a idade de imputabilidade penal.

Em 2003, Roberto Aparecido Alves Cardoso, o Champinha, que foi apreendido aos 16 anos (hoje está com 29 anos de idade) por ter participado do assassinato de Felipe Caffé, de 19 anos de idade, e da tortura, da violência sexual e do assassinato de Liana Friedenbach, de 16 anos de idade, com mais quatro adultos, em Embu-Guaçu, cidade da região metropolitana de São Paulo. Após o cumprimento da medida socioeducativa de internação, Roberto foi transferido para a Unidade Experimental de Saúde (UES), situada na zona norte de São Paulo, onde permanece desde 2007.

A intenção aqui não é apresentar uma nova versão desses casos narrados, tampouco realizar um julgamento acadêmico ou moral. O objetivo é refletir sobre quanto o debate acerca da violência requer um olhar crítico que supere a abordagem simplista que alcança apenas a superficialidade dos fatos.

Por favor, não me entendam mal. Não estou elogiando a violência nem mesmo a justificando. Não pretendo defender a agressão. Desejo apenas

compreendê-la. Não há como mudar uma realidade se não a compreendermos (SOARES, 2005, p. 216).

Assim, como foco de discussão, este artigo traz reflexões sobre a juventude em contextos de práticas infracionais (considerando, de acordo com Vicentin (2005), os modos de existência e de resistência desses jovens às lógicas de poder presentes nas instituições privativas de liberdade), em contextos de criminalização, invisibilidade e em condições desiguais de seus direitos sociais e humanos. A intenção não é julgar e nem defender a prática infracional, o crime e a criminalidade, e sim analisar como os jovens têm encontrado sentido em suas vidas, nesse contexto. Só é possível avançar nesse debate a partir do momento em que atentarmos para a condição de vida e para as peculiaridades desse sujeito que, de algum modo, precisa se afirmar nesse “mundo”.

2 A PRÁTICA INFRACIONAL COMO UM MODO DE VIDA?

Se o crime não compensa, por que muitos jovens são recrutados diariamente para o “mundo do crime”? Questão interessante para pensarmos os “benefícios” e riscos que a criminalidade oferece ao jovem. Para isso, é adequado compreender o papel, a relação e o sentido que o jovem estabelece com aquilo que pensamos sobre violência e criminalidade (SOARES, 2011).

Nessa lógica, narraremos sucintamente três casos de jovens que foram atendidos pelo autor deste artigo durante atuação como assistente social em uma Unidade Socioeducativa de Internação para adolescentes do sexo masculino, em Belo Horizonte/MG. Por questões éticas, preservamos o nome da instituição e utilizamos nomes fictícios para nos referirmos aos jovens citados.

O primeiro caso é o de João, de 12 anos de idade, que residia em um barraco de madeira de um cômodo, construído às margens de um córrego. Na infância, iniciou a sua trajetória de vida nas ruas, fazendo uso de drogas e praticando atos infracionais. Foi apreendido por ter praticado furto. Em seu primeiro ato, após completar 12 anos de idade, recebeu a medida socioeducativa de internação.

O segundo caso é o de Jorge, de 12 anos de idade, envolvido com o tráfico de drogas, furtos, assaltos e homicídios, desde a sua infância. Recebeu outras medidas socioeducativas em meio aberto, até que passou por medida restritiva de liberdade (internação). Mesmo com pouca idade e baixa estatura, conseguia exercer liderança sobre alguns adolescentes da instituição. Percebia-se que seu envolvimento era contínuo e intenso com as práticas infracionais.

O terceiro caso é o de José, 15 anos de idade. Residia com sua família numa comunidade, estava envolvido com furtos e o tráfico de drogas de sua região. Passou por outras medidas socioeducativas em meio aberto até chegar à internação, de onde evadiu-se uma vez, numa atividade externa. José foi apreendido novamente pela polícia no momento em que foi entrevistado por uma repórter. Na reportagem, José afirmou: “Já cometi mais de 500 atos infracionais”. José ganhou *status* de “periculoso” e aproveitou o momento para chocar, ao mostrar que “representa o crime”.

José não era nada do que indicava ser. Em uma oficina de RAP e poesia⁶ realizada pelo assistente social, compôs os seguintes versos:

Então, pode crer, vou abrir o meu coração/ Nasci pra ser feliz e não pra ser ladrão/ Viver na humildade e com dignidade/ Viver pelo amor e não pela maldade/ Lembra? Você não nasceu pronto/ A sociedade que constrói o monstro/ Então, o ECA é necessário e importante/ Ele não foi feito para ficar na estante/

A letra de *rap* escrita por ele é significativa. Fala do objetivo de sua existência, que é “ser feliz”. Apresenta seus valores: “humildade”, “dignidade” e “amor”. Interpela o seu interlocutor, lembrando-o de que ele não nasceu pronto, como também salienta Cortella (2008). Na sequência, José afirma que “a sociedade que constrói o monstro”. Isto é, ele olha para além de si, fala da sociedade em que muitos jovens, iguais a ele, são negligenciados. Não desconsideramos a responsabilidade do jovem sobre as suas escolhas e práticas, mas responsabilizá-lo por aquilo que não é culpado é altamente perverso, inclusive, quando se exige do jovem algo que não lhe foi oportunizado.

Outro aspecto importante a ser considerado é a busca do jovem pelo reconhecimento. O ato infracional, ou o crime contra o patrimônio ou a pessoa, para o jovem, é um meio de fugir da invisibilidade, mesmo, às vezes, reforçando-a. Esse movimento acaba por ser o caminho que trilha. Somente uma análise sensível é capaz de perceber que: “Quando não se é visto e se vê, o mundo oferece o horizonte, mas furta a presença, aquela presença verdadeira que depende da interação, da troca, do reconhecimento, da relação humana” (SOARES, 2005, p. 167).

O que sobressai em comum nesses breves relatos de casos é que a prática do ato infracional caracteriza a trajetória de vida desses jovens, e que esses atos representam, de certo modo, uma forma de romper a invisibilidade social, porém com sentidos diferentes. João furtava som de carro para trocar por objetos de valor bem inferior, como alimentação e

⁶ As oficinas foram realizadas pelo assistente social, autor deste artigo, entre 2006 a 2010. Tal vivência possibilitou a construção de uma metodologia de trabalho com adolescentes privados de liberdade, por meio da arte, tema de dissertação de mestrado.

drogas. João – numa leitura limitada, preconceituosa e determinista – era a “sementinha do mal”. Era explorado pelos adultos de sua comunidade devido à sua coragem e inocência. Por ter estatura baixa, não causava desconfiança e com suas mãos pequenas apresentava muita habilidade para retirar o som dos painéis dos carros. Para ele, o ato infracional não era um “crime” e sim uma forma de conseguir o que queria. Jorge era um adolescente sedutor, sabia conversar tranquilamente, bem como sabia falar de modo autoritário e violento. Ele se dizia ser do crime. Naquele contexto, não vislumbrava outra condição de vida a não ser retornar para o grupo de jovens o qual era vinculado, para comentar atos infracionais.

Enfim, Jorge e José tinham envolvimento mais efetivos com as práticas infracionais. Infelizmente, não sabemos se, nos dias de hoje, esses jovens estão vivos...

3 CAMINHOS POSSÍVEIS E NECESSÁRIOS...

O debate sobre juventude, criminalização e invisibilidade é inesgotável. Na atualidade, o jovem tem muito a dizer, mas nem sempre diz por meio do discurso que queremos, pois utiliza outros recursos, outras linguagens. Seja no baile *funk*, nas ocupações de escolas, nos “rolezinhos” em *shoppings*, no consumismo, está dizendo que quer alguma coisa e deseja fazer algo.

A juventude não está perdida e tampouco vive sem sonhos. Caso contrário, não lutaria contra a invisibilidade que, socialmente, lhe é atribuída. É preciso ouvir e pensar as suas linguagens. Se prestarmos atenção, até mesmo com o silêncio, o jovem fala. E precisamos ser sensíveis para entender que esse silêncio quer dizer muitas coisas: dúvidas, receios e ansiedades.

Se não entendemos o jovem, reproduzimos o olhar opaco da massa societária que tem o dom para julgar, tipificar e excluir o diferente, o outro. Assim, a construção da criminalização se aprofunda com a judicialização de conflitos e situações que poderiam ser resolvidas antes e de outra forma.

Já a invisibilidade afeta diretamente a construção da identidade do jovem, por meio do preconceito, racismo e estigma. Este último que “[...] dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos” (SOARES, 2005, p.175). Isto é, mascarando-o não com a imagem que não é dele, e sim com a imagem de quem o vê, daqueles que são favoráveis à redução da idade de imputabilidade penal; favoráveis a que a pessoa comece a trabalhar ainda criança, pois entendem que o trabalho é que, de fato, torna a pessoa nobre.

Um caminho a ser considerado é a utilização da arte na perspectiva crítica e capaz de refletir a vida cotidiana do jovem. Pois a arte, nessa lógica, “[...] educa o homem fazendo-o

transcender a fragmentação produzida pelo fetichismo da sociedade mercantil” (FREDERICO, 2013, p. 135). Assim, a arte torna-se a “arma” capaz de construir um caminho diferente para proporcionar uma comunicação saudável e para que o jovem, independentemente da posição que ocupe nas relações de conflito ou violência, seja tratado com dignidade.

Outro caminho é o da efetivação dos direitos, para que o jovem tenha condições reais de satisfazer e produzir as suas necessidades. Para isso, é preciso investimento do poder público, serviços com profissionais qualificados e bem remunerados, articulação entre as políticas públicas e a consolidação, expansão e divulgação do sistema de garantia de direitos (BAPTISTA, 2012).

Comumente, quando se fala em criminalidade, logo se associa a prática às políticas de segurança, que tem a sua importância, mas o problema surge quando se apresenta isolada, rígida e pela via da “ordem”, para que ocorra o “progresso”.

[...] não há política de segurança sem conexões estreitas com cultura e educação [...]. Não basta reduzir os números de *atos* criminais; é preciso trabalhar o sentido que as *interpretações* lhes emprestam, focalizar os *valores* que orientam as *interpretações* e os comportamentos (de vítimas e agressores) e trazer para o centro da arena a problemática das *emoções* (de uns e outros), sabendo-se que elas são indissociáveis das *interpretações*, dos *atos* e dos *valores* (SOARES, 2005, p. 187).

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAPTISTA, Myrian Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Revista Serviço Social & Sociedade, Sociedade Civil e Controle Social**, n. 109, jan./fev. 2012. p. 179-199.

BATISTA, Vera Malaguti. Adesão subjetiva à barbárie. In: **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. 2.ed. Vera Malaguti Batista (org.). Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

_____. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). **Diário Oficial da União**, Brasília. 6 ago. 2013.

_____. Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o registro, a posse e comercialização de armas de fogo e munição. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 dez. 2003.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Não nascemos prontos**. 6. ed. São Paulo: Vozes, 2008.

FREDERICO, Celso. **A arte no mundo dos homens**: o itinerário de Lukács. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FROMM, Erich. **Psicanálise da sociedade contemporânea**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

HELLER, Agnes. **A história e o cotidiano**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

IPEA. **Atlas da violência**. Rio de Janeiro: FBSP, 2017.

KON, Noemi Moritz; ABUD, Cristiane Curi; SILVA, Maria Lúcia da. (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

MARX, KARL. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SOARES, Luiz Eduardo; MV Bill; ATHAYDE, Celso. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

_____. **Justiça**: pensamento alto sobre violência, crime e castigo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

_____. Para fugir à armadilha da simplificação. **Revista Veja**, Rio de Janeiro, 23 jan. 2002. Disponível em: <www.luizeduardosoares.com.br/docs/armadilhadasimplificacao.doc>. Acesso em: 7 abr. 2007.

VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. **A vida em rebelião**: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014**: os jovens do Brasil. Brasília, 2014.

_____. **Mapa da violência 2015**: mortes matadas por armas de fogo. Brasília, 2015.

_____. **Mapa da violência 2016**: homicídios por arma de fogo no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2016.